

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i>	
<i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
<i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i>	
<i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX

Lucas de Mattos Moura Fernandes

Programa de Pós-graduação em História Social,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: A emergência da memória como elemento chave para a compreensão da história do século XX, em especial, marcada por processos sociais e políticos traumáticos trouxe à tona um desafio contra a hegemonia das grandes instituições produtoras de história. Mesmo a figura do historiador parece se inclinar para ouvir e compreender o tempo da vítima. Ao mesmo tempo em que a construção de monumentos e memoriais sugerem uma constante luta para perpetuar e significar a memória de uma sociedade que tende a se desfazer de suas lembranças, o protagonismo da testemunha na contemporaneidade tornou a elaboração de narrativas sobre o passado uma tarefa policêntrica. Pretendemos no estudo que se segue contemplar as principais posições tomadas especialmente por ensaístas e historiadores sobre como a história, enquanto campo do saber, deve se relacionar com a memória e seus decorrentes, assim como analisar os meios pelos quais as experiências traumáticas do século XX, como as guerras e genocídios, foram reelaborados com a finalidade de favorecer uma narrativa coesa e formadora de identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Trauma, História Contemporânea, Identidades.

VIOLENCE, MEMORY AND HISTORY IN THE TWENTIETH CENTURY: ARRAYS FOR IDENTITY

ABSTRACT: The emergence of memory as a key element for the understanding of the history of the twentieth century, especially marked by traumatic social and political processes, has brought a challenge against the hegemony of the great institutions that produce history. Even the figure of the historian seems inclined to listen and understand the time of the victim. At the same time as the elaboration of monuments and memorials suggest a constant struggle to perpetuate and signify the memory of a society that tends to discard its memories, the protagonism of the contemporary witness has made the elaboration of narratives about the past a polycentric task. In the following study, we intend to contemplate the main positions taken especially by essayists and historians as to how history, as a field of knowledge, must relate to memory and its consequences, as well as to analyze the means by which the traumatic experiences of the twentieth century, such wars and genocides, were reworked for the purpose of favoring a cohesive and identity-forming narrative.

KEYWORDS: Memory, Trauma, Contemporary

1 | INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por um processo de massificação da cultura onde a identificação de grupos e comunidades regionais e nacionais se fundamentaram por vezes na reelaboração de memórias traumáticas mais abrangentes. As transformações ocorridas neste período histórico direcionam o olhar de um observador dos acontecimentos para a profusão de experiências com violência e conflitos, de modo que a historiografia metódica e documental preponderante desde meados dos oitocentos cedeu espaço para uma produção historiográfica menos preocupada com uma possível verdade dos fatos e mais voltada para as experiências vividas pelas testemunhas que trazem à tona narrativas heterodoxas e por vezes conflitantes com a história exposta pelos veículos oficiais de comunicação, especialmente a partir da década de 60.

Diante de tal tema nos vemos favorecidos pelo repertório analítico conceitual elaborado pelas ciências humanas para compreender os processos de construção de subjetividade de indivíduos e grupos que foram vítimas e/ou vitimadores. Pretendemos no estudo que se segue contemplar as principais posições tomadas principalmente por ensaístas e historiadores sobre como a história, enquanto campo do saber, deve se relacionar com a memória e seus decorrentes, assim como analisar os meios pelos quais as experiências traumáticas do século XX, como as guerras e genocídios, foram reelaborados com a finalidade de favorecer uma narrativa coesa e formadora de identidades.

2 | A EMERGÊNCIA DA MEMÓRIA NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

A ascensão da memória como meio, não apenas individual, mas também social, de acesso ao passado colocou em debate a relação entre a história e memória, onde a primeira busca analisar cientificamente o passado a partir de suas provas documentadas e a última é predominantemente sentimental, sem compromisso com imparcialidade ou rigor ao reconstruir o passado, pelo contrário, a memória está sempre se valendo do presente para ressignificar e complementar as necessidades daquele que busca a lembrança.

Segundo Beatriz Sarlo (2007,p.58), a emergência dos discursos enunciados em primeira pessoa e classificados como relatos não-ficcionais no mercado editorial na contemporaneidade, como histórias de vida, autobiografias, entrevistas e relatos memorialísticos, bem como a incorporação de testemunhos pessoais aos métodos das ciências humanas, em especial a história oral, seriam prova de uma guinada subjetiva experimentada a partir da crescente fragmentação da construção narrativa

do passado a partir do momento em que cada colocação testemunhal contém em si sua própria legitimidade.

Contudo, ao longo do século passado assistiu-se à museificação (SARLO: 2007, p.11) nas cidades onde a apropriação do espaço urbano para elevação de monumentos que preservem e veiculem a memória, sendo um anteparo à tendência da sociedade de massas de romper com o passado, ainda quando precise de uma história para significar sua identidade. De acordo com Pierre Nora esses “lugares de memória” seriam justamente a resposta à necessidade desse indivíduo contemporâneo de identificação por meio de um passado não mais inteligível (NORA:1993. p.13).

Segundo Pierre Nora, a sociedade moderna utiliza-se enfaticamente da ritualização de uma “memória-história” (NORA:1993,p.18) em um determinado espaço na esperança de que esta possa reunificar o indivíduo fragmentado que compõe a sociedade contemporânea. Desta forma os atos de recordar e rememorar possuem um papel fundamental para a construção ou manutenção de uma narrativa identitária que comprima as divergentes elaborações memorialísticas em favor de uma memória oficial, social.

Pensando nas formas possíveis em que a memória pode ser trabalhada pela historiografia, Cartroga propõe que a memória se edifica a partir de experiências sociais e é sempre reconstruída a partir do presente que a evoca (CARTROGA:2001 ,p.32,33). A memória também é um exercício de alteridade na medida em que aquele que recorda se vê como um outro em relação ao “eu” que viveu. A memória social se coloca como matriz das memórias individuais, enquanto a memória coletiva seria a soma das recordações individuais finais destas. Recordar seria domesticar memórias, dar sentido e preencher lacunas com imaginação.

A articulação entre a monumentalização da memória e a construção da memória coletiva dá lugar uma veneração do lugares de memória, que sendo apropriados por motivos do presente, geralmente políticos, manifestam fisicamente uma interpretação do processo de formação da identidade de uma determinada comunidade que corresponde a seus elementos unificadores. Nas palavras de Traverso o passado é selecionado e moldado de acordo com as perspectivas culturais dominantes, dando forma ao “turismo da memória” que no século XX tornou-se deveras ubíquo, “com a transformação de locais históricos em museus e em visitas organizadas, dotadas de estruturas de acolhimentos adequadas” (TRAVERSO:2012 ,p.10).

Se por um lado a evolução da importância da memória como meio de acesso ao passado está relacionada à proliferação dos testemunhos produzidos sobre os principais fatos, de modo geral traumáticos, ocorridos no século em questão, Juliá expõe um processo de banalização da memória enquanto meio intrinsecamente legítimo de estudo do passado devido não apenas, como já mencionamos, os problemas de identidade numa sociedade globalizada, como também a preponderância do cultural na análise do passado, sendo um elemento chave a construção das memórias sobre o Holocausto por seus sobreviventes (JULIÁ: 2013,p.8) , por exemplo.

Concordando com Pierre Nora, Traverso situa a obseção pela construção de locais de memória num momento de crise das instituições sociais que garantiam a transmissão do significado do passado ao futuro, como a família e as religiões (em Nora, sociedades-história) (1993,p.8), processo que chegou ao auge na Grande Guerra, especialmente na Europa quando

muitos milhões de pessoas, sobretudo jovens camponeses que tinham aprendido com seus antepassados a viver segundo os ritmos da natureza, no interior dos códigos do mundo rural, foram brutalmente arrancados ao seu universo social e mental (TRAVERSO:2012, p.13).

Completando assim um processo de modernização com a racionalização do tempo, da produção, com a mitificação do amor à pátria e com a massificação do sofrimento conferido pelas guerras. Entretanto foi por meio da divulgação da(s) memória(s) sobre a *shoa* que o século XX recebeu seu título de século dos genocídios, guerras e totalitarismos.

3 | EXPERIÊNCIAS TRAUMÁTICAS NO SÉCULO XX E O PAPEL DO HISTORIADOR

A ocorrência de grandes períodos de conflito nas mais diversas partes do globo terrestre no século XX concomitantemente a grandes transformações políticas e sociais internacionais, apontam para a globalização dos processos históricos correspondentes a uma narrativa de história transnacional, como as Guerras Mundiais, as Guerras de descolonização, os conflitos no Oriente Médio e as outras diversas guerras civis que por vezes não são comportadas pelos limites da abordagem historiográfica ocidental. A emergência da figura do sobrevivente, que testemunhou o massacre, a tortura, o conflito, e que espera-se que nas suas palavras esteja a verdade, não a verdade dos fatos, mas aquela que atende à necessidade de parte da sociedade que busca preencher as lacunas de um passado que vai se esvaindo ao longo do passar das gerações.

O protagonismo do observador no que Anette Weviorka chama de “Era da Testemunha” traz de volta pro debate historiográfico a perspectiva do indivíduo como agente da história (WEVIORKA:2006). Além disso, a identificação entre a testemunha e a vítima, postulando uma hierarquização entre os testemunhos entre sobreviventes diretos, indiretos e vitimadores, sendo acima de tudo pessoas que foram cristalizadas como parte desta religião civil de lembrança, mesmo que contra suas vontades, o público se apropria coercitivamente de suas memórias particulares (TRAVERSO:2012,p.17).

Em Halbwachs, autor incontornável no que se refere á relação entre memória e História, o conhecimento histórico se afirma na dispersão dos elementos da memória, quando esta se deteriora com o tempo e a multiplicidade das tradições são um meio problemático para o estabelecimento de identidade. Na oposição que o referido autor

faz entre memória e história, esta última estaria justamente ligada ao que há de científico na elaboração do conhecimento, uma construção racional lógica e exata, em contraponto a experiência vivida, por vezes sem possibilidade de verificação. Nesta dicotomia colocada por Halbwachs o papel do historiador seria justamente lidar com o passado colocando-o em seu devido lugar, numa posição estanque, onde supostamente não se contamine com o presente, mantendo com seu objeto de estudo uma relação de exterioridade.

Por sua vez, Santos Juliá questiona a necessidade de discussão entre as diferenças entre memória e história como algo que desvia o foco do trabalho do historiador que versa sobre o passado a partir dos testemunhos. Sua tarefa principal seria investigar quem recorda, o que se recorda, como e para que finalidades, ou seja, o conteúdo e as práticas de memória e não necessariamente a relação que esta possui com outros elementos do ato de lembrança (JULIÁ:2013, p.9). Juliá apresenta em seu posicionamento sobre a relação entre memória e história a positividade da ascensão do testemunho como meio de acesso ao passado, e ainda mais, o restabelecimento das vítimas para além da periferia do presente confrontando narrativas oficiais. Contudo a história não pode abrir mão de sua função como saber crítico de analisar os testemunhos tendo ciência dos perigos da manipulação do conhecimento sobre o passado por aqueles que Juliá chama de “empreendedores da memória” (JULIÁ: 2013, p.10), que se valem de poder político ou econômico em disputa com outros empreendedores para adquirir legitimidade para a narrativa que lhes interessa.

Santos Juliá apregoa a autonomia da história enquanto disciplina científica em relação à memória, dependente das nuances do testemunho e que por ser manipulável por empreendedores e intérpretes, facilmente se dispõe como meio de dominação do passado a partir de uma causa colocada pelos que disputam a legitimidade do poder no presente. Desta forma afirmamos que o historiador que trabalha com testemunhos lida com um campo de disputas onde as narrativas atribuídas a instituições, vítimas e vitimadores concorrem entre si pelo direito de seus respectivos grupos de exporem suas vozes como parcela de uma memória coletiva e deve trabalhar contra um “beatificação acrítica do passado” (JULIÁ:2013, p.13).

Em “Collective memory and cultural history: problems of method”, Confino problematiza as dificuldades de se trabalhar a memória dentro do debate historiográfico considerando esta mais um rótulo que um conteúdo. Segundo o autor, a memória não teria capacidade explicativa como um conceito e é vista pejorativamente pela possibilidade de ser revisitada com o objetivo de construir mitos. Devemos pensar em como o termo “memória” pode ser útil se articulado com o cultural, o social, o político, entre a representação e a experiência social. Assim como comenta Santos Juliá, de acordo com Alon Confino a invenção e apropriação de memórias aponta para uma disputa de poder em uma determinada sociedade.

Confino faz uma análise da relação entre “história da memória”, mentalidades e

a obra de Aby Warburg (1866-1929). Warburg colocava a questão do por que algumas imagens do passado triunfam e outras não, trabalhando assim a relação entre a representação artística e o mundo social buscando reconstruir a relação entre as representações artísticas e as experiências sociais, compreendendo que a arte não fala por si mesma. Segundo Alon Confino a metodologia proposta por Warburg cria um elo entre a americana *history of mentality* e os estudos da memória considerando que deve-se observar áreas de convergência como a interseção entre político e social e a “história da memória”, a recepção e a evidência das memórias e o relacionamento entre diferentes memórias em uma mesma sociedade (CONFINO:1997,p.1392).

Partindo dos pressupostos metodológicos supracitados, Confino desfere críticas ao método utilizado por Henri Rousso para analisar o impacto da chamada “síndrome de Vichy” na sociedade francesa pós Segunda Guerra. Confino critica o fato de que Rousso acessou seu objeto de estudo apenas pelos vestígios visíveis e representativos, tentando explicar a referida síndrome separando os elementos de sua construção das formas de recepção (CONFINO:1997 ,p.1395). Confino, estudioso das memórias traumáticas nos diferentes países da Europa, propõe em suas reflexões sobre a escrita da história da memória uma preocupação com a construção de unidade contextual entre os aspectos políticos, sociais e culturais, inclusive dedicando atenção ao fato de que toda memória possui uma representação social e um significado político (CONFINO:1997,p.1403).

Eric Leed demonstra em sua obra esta preocupação ao relacionar as neuroses patologicamente classificadas com os traumas vivenciados por uma determinada sociedade (LEED:2000,p.85). Determinadas doenças mentais como neuroses de guerra (*Shell shock*), Stress pós traumáticos, síndrome da guerra do Golfo, entre outras, são decorrentes de uma relação de rompimento com o passado ou ainda uma forma patológica que relembrar descontroladamente de um passado que deve ser socialmente esquecido.

Na teoria histórica desenvolvida pelo historiador dinamarquês Jorn Rüsen, o trauma seria resultado de uma ruptura no processo mental de consciência histórica. Segundo o autor do artigo “Como dar sentido ao passado”, a relação do ser humano com o tempo não apenas delimita suas experiências e expectativas como também provoca uma relação de alteridade onde o outro é por vezes percebido como um sujeito submetido a uma noção temporal diversa (RÜSEN:2009, p.163-209). Ainda de acordo com Rüsen a ação humana seria orientada pelas interpretações individuais e coletivas da experiência histórica, produzindo externamente atitudes e internamente identidades. No pensamento deste autor o pensamento histórico supre a crise crítica da experiência do tempo onde padrões culturais de sentido e significado auxiliam a construção de narrativas reordenando elementos previamente presentes na cultura histórica.

O trauma pode ser explicado como sendo uma *crise catastrófica* (RÜSEN:2009,p.171) onde uma experiência vivida destrói os princípios básicos de

geração de sentido em si mesmos, não havendo repertório cultural disponível para elaboração imediata de uma narrativa que dê conta da necessidade de sentido do grupo ou indivíduo a ponto de sustentar a identificação entre o ocorrido e a linguagem no qual seria possível articulá-lo. Como também percebeu Leed, “há algo sobre as neuroses de guerra que invalida fundamentalmente as nossas categorias habituais de compreensão e interpretação históricas, exigindo que procuremos algo mais para explicá-las” (LEED:2000,p.86).

Desta forma compreendemos como, por exemplo, o ex-combatente retorna do front com suas experiências que são inomináveis diante das normas da sociedade a qual serviu, inclusive por não haverem signos que possam expor sua identidade histórica diante do repertório cultural limitado dos não combatentes. Daí a geração do mito da experiência de guerra enquanto ferramenta explicativa de uma realidade à parte da sociedade, salvo em tempos de exceção.

Em Mosse, “Two world wars and the myth of the war experience”, o autor analisa o período entre guerras a partir de suas consequências, tendo como foco os casos inglês, francês e alemão, a partir das experiências dos soldados no front. De acordo com o autor, o soldado que participou do front na primeira guerra mundial teria criado aquilo que se chama de “mito da experiência de guerra”, em que estes se veem como heróis e superiores aqueles que não participaram, tanto civis como outros militares da retaguarda (MOSSE:1986,p.491). A elaboração desse mito foi possível como estratégia cultural de explicação do passado por conta principalmente da diferenciação entre o espaço da guerra e o espaço do convívio pacífico da sociedade, ou ainda o tempo da guerra e o tempo posterior ao fim do conflito, que exigiam posturas diferentes dos sobreviventes ao front. Quando a diferença entre o front e o combate em casa ficou menor, como na Segunda Guerra Mundial na Europa, a forma como a guerra era vista foi afetada.

O “o mito da experiência de guerra” se relaciona diretamente à forma como a memória de guerra foi absorvida por determinada sociedade por meio da diferenciação entre o acesso as informações sobre o front divulgados institucionalmente e as narrativas testemunhais dos ex-combatentes. A retomada do culto ao morto em batalha como um herói que salvou a pátria por meio da aspensão do seu sangue fundamenta primeiramente a construção da noção do soldado desconhecido, aquele que nos termos judaico-cristãos serviu de sacrifício vicário perfeito, ou seja, se a tropa guerreira em nome da sociedade o mártir é aquele que chegou ao ápice, morrendo em nome da mesma. A sociedade posterior ao conflito verte a virtude do cidadão ideal sobre a figura do soldado morto em batalha que, para fins representativos, já não tem um nome próprio nem uma história individual, mas comporta as virtudes celebradas pela narrativa construída sobre o conflito.

Outra perspectiva do mito da experiência de guerra é a irmandade entre os soldados do front, aqueles que se posicionam como as únicas testemunhas vivas do combate e que ao relembrem a experiência traumática do conflito, diante de sua

morte iminente e da morte de seus companheiros, buscam elaborar um repertório comum que dê conta desta experiência, muitas vezes resumido nas reuniões de ex-combatentes ou das sessões de psicoterapia entre os portadores de neuroses pós guerra.

De acordo com Mosse, a concepção do mito da experiência de guerra sofre uma mudança drástica a partir da diferenciação no formato de conflito entre a Primeira Guerra Mundial e as posteriores guerras do século XX, por dois motivos em especial: Em primeiro a resignificação dos memoriais de batalha, pois se na Primeira Guerra os monumentos construídos eram voltados para a honra aos mártires, ainda relacionando-os aos ideais de nobreza dos exércitos de Antigo Regime, na Segunda Guerra os monumentos têm o objetivo de conscientização, visando a difusão do discurso de que as atrocidades cometidas pela suposta civilização entre os anos trinta e quarenta não devem ser repetidas, discurso que foi especialmente incorporado pela geração pacifista dos anos 60, tendo em vista o combate no Vietnã.

Em segundo lugar o “mito da experiência de guerra” passou por reelaboração motivada pelo encurtamento geográfico da distância entre a frente de batalha e a retaguarda. Com uma zona de conflito ilimitada, devido principalmente ao avanço dos ataques aéreos não apenas na Europa, mas também na Àsia, Àfrica, e no Pacífico, de alguma forma cidadãos comuns passam a experimentar diretamente a peleja, por conseguinte influenciar a elaboração da memória na condição de testemunhas (MOSSE:1986,p.491).

Mosse postula que um elemento fundamental para compreender as mudanças na forma como o mito da experiência de guerra é construído seria a trivialização da violência por meio da massificação da cultura da agressividade, onde a massificação da divulgação de cenas de conflito e acesso irrestrito a representações realistas de morte, principalmente mediante o desenvolvimento da imprensa televisiva, de certa forma teriam banalizado a apreensão do homem sobre a morte.

Não é só experiência e equipamento de guerra que estão à venda no mercado internacional. O próprio espírito da guerra – a glória e o romantismo que foram antes associados às nobres estirpes e, depois, às nações- se tornou um artigo disponível na cultura de consumo global. Com Rambo e sua turma, Hollywood oferece um herói-guerreiro apátrida, indefinido, homem com poucas palavras e limitadas lealdades, disponível para a cultura de consumo global (EHRENREICH: 2000,p.233).

Entretanto, Antoine Prost em seu estudo sobre o impacto da guerra sobre as culturas políticas francesa e alemã, alerta sobre a demasia na valorização do mito da experiência de guerra na configuração de uma memória social que lide com o conflito passado. Segundo o historiador, o Hitlerismo e movimentos similares não seriam uma consequência lógica da experiência de guerra, pois no caso indaga-se, por exemplo, a ausência de um movimento correlato na sociedade francesa que passou por experiência traumática semelhante. Prost entende a trivialização da violência da

guerra de forma diferente de Mosse, para ele esta não significa necessariamente a perda de valor da vida humana, mas um tipo de artifício de desenvolvimento de repertório cultural para construção de narrativa sobre um fato ocorrido que provoca sentimentos que não se pode enfrentar diretamente.

Assim sendo, para Prost as diferenças entre a sociedade francesa e a Alemanha hitlerista não se relacionam à experiência de guerra, mas por tendências particulares de cada uma destas sociedades, inclusive pelo fato de possuírem à época tipos diferentes de nacionalismo, pois enquanto a França preza pelo republicanismo, na Alemanha apresenta-se uma colocação do indivíduo acima da instituição. Ainda em desavença com as teses de Mosse, Prost entende que no período entre guerras não houve uma brutalização da política alemã, mas sim uma continuidade de elementos do período anterior à Grande Guerra como, por exemplo, a legitimação do uso da força, especialmente na diplomacia, seguindo o modelo praticado por Bismarck. Por outro lado, a política francesa seria tradicionalmente humanista e baseada na formação de coalizões políticas.

Esta perspectiva interpretativa que viemos acompanhando nos parágrafos anteriores claramente relaciona a reelaboração da memória, traumática ou não, com a finalidade de construir uma identidade, seja ela a identidade nacional, como propõem os monumentos aos mortos de guerra, ou à identidade do próprio indivíduo, que na condição de vítima traumatizada precisa lidar com a alteridade que faz com que este não se identifique com seu eu pretérito.

4 | IDENTIDADE: ENTRE O DEVER DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

A partir do momento em que relacionamos a discussão historiográfica sobre a importância da memória em relação à história de um povo, estamos caminhando em direção a um pressuposto unanimemente aceito nas ciências humanas de nosso tempo, que postula a mobilização de artifícios culturais para construção de uma narrativa identitária que se constrói ao longo da vida humana e as transformações sociais para além dos limites geracionais por meio dos processos de transmissão e reinterpretação de memórias conforme já havíamos discutido.

Consideramos que a partir desta intensa dinâmica em que se formam e se modificam as identidades étnicas e nacionais devemos nos manter sempre atentos contra a ilusão de uma identidade homogênea que a partir de seu rótulo externo representa plenamente as mais diversas dimensões individuais de seus membros.

Compreendemos com isso que as identidades devem ser percebidas em termos da dinâmica social, sendo construídas coletivamente e tendo um caráter polissêmico, aberto e inacabado, sempre sujeita a ressignificação segundo as condições históricas (CHIRIGUINI:2008,p.61). Essas identidades socialmente construídas são oriundas de um processo de apreensão e reconhecimento de procedimentos, valores e memórias

que nos aproximam dos que os compartilham e nos afastam/separam dos *outros*, aqueles que não os compartilham. Desta forma a constante construção, apropriação e banimento de memórias do repertório cultural de uma determinada sociedade apontam diretamente para a fluidez de nossos tempos onde a identidade está sempre sendo ressignificada, aprimorada, polida, de acordo com os espaços abertos para a expansão da memória que determina a origem por meio de seus intérpretes, assim como o esquecimento faz parte desta construção historicamente realizada.

A noção de identidade está vinculada à forma como nos representamos e como nos representam os outros, sendo definida por Maria Cristina Chiriguini como um *proceso de identificaciones históricamente apropiadas que conferen sentido a un grupo social*(CHIRIGUINI:2008, p.64).

Desta forma, a ideia de pensar uma determinada identidade como socialmente construída implica em acessar seus processos internos e contextos como forma de investigar seus limites. É a partir da constituição de limites que a identidade se forja diante de um *outro* desenvolvendo um sentimento de pertença concomitantemente àquilo que não somos, um universo cultural distinto, alheio. Como expõe Maria Chiriguini

En ese sentido, las identidades se definen de manera negativa en el marco de las relaciones sociales donde interactúan permanentemente los seres humanos: la identidad femenina frente a la masculina, ser um adolescente es no ser adulto o niño, proclamarse como político de izquierda es no ser de derecha (CHIRIGUINI: 2008,p.64).

Não é em vão que em sua exposição clássica do tema identidade nacional, Ernst Renan coloca o esquecimento como pré requisito fundamental para a construção de identidades, pois foi ao longo de anos de conflitos e batalhas que as nações modernas forjaram não apenas seu espaço geopolítico, mas também na maioria dos casos sua população. Como encarar como compatriota aquele que ainda há pouco estava do outro lado da fortaleza, ou da trincheira, ou da mesa de negociações na disputa decolonial? *Ora*, “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas” (RENAN:1882,p.6). Bem sabemos que o tão debatido ensaio de Renan sobre o que é uma nação desemboca na premissa de que dentre todos os elementos apontados como compositores de uma identidade nacional moderna, o principal deles seria a língua enquanto meio de transmissão cultural.

Não cabe nos limites de nosso trabalho abordar os principais vieses do pensamento deste autor e ainda menos qual seria o estado da arte relacionado ao avanço de seus críticos, mas o citamos como uma linha ponderável sobre a relação entre a construção de modelo explicativo do passado, que como vemos se dá por meio do repertório cultural para a elaboração de uma narrativa que permita a comunicação coerente entre o que relembra e seu interlocutor, quebrando uma fronteira temporal.

Em outras palavras, a cura do traumatizado está em falar, contar uma história, sua história, a história que o prende.

Mas será o dever de memória da testemunha maior que o dever de esquecimento em favor de uma paz social? Em uma situação em que o recomeço e o pacto pelo esquecimento, representado pelos vários projetos de anistia e comissões da verdade, desde a estabelecida para apuração do Apartheid até a Comissão Nacional da Verdade, que se coloca como a sintetizadora do que realmente aconteceu nos porões da ditadura militar brasileira, implica a remoção do poder de perdão da vítima para o Estado, resta alguma liberdade de ressentimento por parte da mesma?

O estudo do caso de Jean Améry é altamente representativo de como a vítima se coloca diante da sociedade pós trauma como um habitante além da fronteira do tempo, no sentido de que vive um tempo passado que insiste em se fazer presente. Nascido em 1912 em Viena, Hans Chaim Meyer perdeu seu pai aos 4 anos de idade combatendo na Grande Guerra, recebeu uma educação católica romana de sua mãe e iniciou os estudos em filosofia e literatura na Áustria, mas a dificuldade econômica o impediu de completar os estudos.

Com a anexação da Áustria ao III Reich Alemão, Hans migrou sucessivamente para a França e a Bélgica, participando dos movimentos locais de resistência até ser capturado pela Gestapo em 1940. Após uma série de torturas onde se constatou não ser um portador de informações importantes foi “rebaixado” à categoria de prisioneiro judeu e mandado a vários campos de concentração, incluindo Auschwitz, até ser libertado em 1945 durante a invasão soviética a Berger-Belsen. Após a Guerra mudou seu nome para o anagrama Améry, simbolizando seu rompimento com a cultura alemã.

Em “Ressentimentos” (2013,p.107), Améry inicia sua reflexão dando o exemplo bem claro de sua própria experiência, de quem viveu um passado traumático: sair por um “país florescente” e não saber dialogar com aquelas pessoas que vivem numa nova Europa, onde o que se passou foi esquecido ou sublimado, enquanto seu próprio pretérito ainda não se encerrou. Pessoas que há tão pouco tempo estavam em campos opostos por sua filiação ideológica, agora comportavam-se com cortesia uns com os outros, como manda a urbanidade.

O autor se coloca como incompreendido pelas pessoas modernas – e também como alguém que não compreende-, no sentido de que estas parecem estar numa nova etapa de tempo, como alguém que por seu rancor não considera a extinção do mundo e da realidade sangrenta que o marcou. Jean Améry contrapõe duas noções de temporalidade que distanciam aqueles que “venceram o passado” seja pelo perdão, seja pelo esquecimento, seja pela construção de uma narrativa que dê conta desse passado, daqueles que como ele guardam rancor.

A relação de Améry com o passado traumático mediada pelo ressentimento provoca uma relação de alteridade por meio da identificação “daquela parte da humanidade [...] que se convencionou chamar de vítimas do nazismo”, “nós os

proscritos”, “os que estão pregados firmemente á cruz do passado destruído”, estando o autor incluso e contido nesta identidade e o leitor, por suposto, fora dela (AMÉRY:2013,p.115).

No livro “Nos limites da mente”, onde Améry relata de forma sistemática e não-cronológica sua experiência do Holocausto, o autor sugere que embora sua identidade tenha sido construída como a de um europeu educado no catolicismo, ele se identifica como judeu na medida em que sente a tragédia perpetrada aos judeus como uma opressão interior. Em suas palavras, o fato de seu braço esquerdo conter o número de Auschwitz é mais significativo do que qualquer conhecimento sobre o Pentateuco ou o Talmude e mais vinculativo que as fórmulas básicas da existência judaica (AMÉRY:1998,p.94).

Améry assume o lugar de fala daquele que viveu/vive em outra temporalidade, desconhecida diretamente pelos seus leitores. Um tempo próprio de seu ressentimento, que em sua perspectiva não afeta seus interlocutores, mas que para Améry jamais passou. A experiência localizável espacial e cronologicamente acompanha a vítima pelo simples fato de re-sentí-la. Portanto, seu foco não está em refletir sobre o ressentimento a partir de suas implicações políticas, mas “descrever o estado subjetivo” do ressentido que, ferido pelo trauma passado, não encontra lugar de legitimidade em um novo contexto onde são exaltadas e até mesmo exigidas virtudes como perdão e conciliação, enquanto moralmente necessárias para selar o passado.

Améry fala por si, como ressentido, assumindo as condenações morais e clínicas que lhe são imputadas e as utiliza como fio de um novelo de memórias traumáticas que fazem parte de sua identidade. Améry não lança mão de uma “verdade de conveniência” pois o fato do sofrimento estar ainda presente indica para o ressentido que o passado ainda não acabou.

Jean Améry parece expor seu senso particular de justiça na possibilidade de uma extinção da Alemanha enquanto nação soberana venha compensar o crime coletivo perpetrado pelos alemães, estando a “moralidade universal” em desequilíbrio até então. Como o próprio previne o leitor, seu texto carrega o tom de desabafo e indignação contra a redução de danos e penalidades lançada pelos aliados no pós-guerra, como apoio para reerguer a Alemanha, e mais que isso, sua visão particular de que o arrependimento não havia sido internalizado à interpretação histórica alemã. Era inaceitável que a Alemanha superasse a derrota passada, quando as vítimas do nazismo, como ele mesmo, não teriam esse direito.

5 | CONCLUSÃO

A emergência da memória como elemento chave para a compreensão da história do século XX, em especial, marcada por processos sociais e políticos traumáticos trouxe a tona um desafio contra a hegemonia das grandes instituições produtoras de

história. Mesmo a figura do historiador parece se inclinar para ouvir e compreender o tempo da vítima. Ao mesmo tempo que a elaboração de monumentos e memoriais sugerem uma constante luta para perpetuar e significar a memória de uma sociedade que tende a se desfazer de suas lembranças, o protagonismo da testemunha na contemporaneidade tornou a elaboração de narrativas sobre o passado uma tarefa policêntrica.

De outra forma o estatuto a vítima não ameniza a situação do traumatizado, que submetido a outro regime de tempo, tem sua experiência cristalizada para satisfazer os interesses da comunidade a que sua memória pertence. Além disso, vimos como nos processos de reorganização dos países afetados por processos traumáticos duradouros, enquanto empecilho à unidade ideal da nação, se apropriarem de testemunhos para construção de uma narrativa que costure a trama à identidade, por meio da lembrança e do esquecimento.

Ao analisar a forma como a memória é elaborada e reinterpretada, o historiador tem como objeto de trabalho não apenas aquilo que relaciona os indivíduos ao passado, seja pessoal ou social, mas principalmente os elementos que servem de repositório para edificação de barreiras ou relações entre pessoas e grupos. A memória em seus mais diversos aspectos serve de matéria prima para a identidade.

REFERÊNCIAS

- AMÉRY, Jean. **At the Mind's Limits: Contemplations by a Survivor on Auschwitz and Its Realities**. Indiana Holocaust Museum Reprint Series. Translated by Stella P. Rosenfeld and Sidney Rosenfeld. Indiana University Press(1998)
- AMÉRY, Jean. “Ressentimentos”. In: **Além do Crime e Castigo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2013.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra, Quarteto, 2001.
- CHIRIGUINI, M.C. Identidades socialmente construídas. in: CHIRIGUINI, M.C. (compil.): **Apertura a la Antropología: alteridad, cultura, naturaleza humana**. Buenos Aires: Proyecto editorial, 2008
- CONFINO, Alon. “**Collective Memory and Cultural History: Problems of Method**”. *American Historical Review* 102, 5 (1997): 1386-1403.
- CORREIA, Sílvia. “**Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional**”. *Topoi* 15, n. 29 (2014): 650-673.
- EHRENREICH, Barbara. **Ritos de Sangue, um estudo sobre as origens da guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- JULIÁ, Santos. “**Por La autonomia de la história. Claves de razón práctica**”, 207. [consultado em 01/07/2013] http://www.essayandscience.com/upload/ficheros/noticias/201105/julia_2_2.pdf
- LEED, Eric, “**Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses**”, *Journal of Contemporary History* 35, No. 1, Special Issue: Shell-Shock (2000): 85-100.
- MOSSE, George. “**Two World Wars and the Myth of the War Experience**”, *Journal of Contemporary*

History 21, no. 4 (1986): 491-513.

NORA, Pierre. “**Entre Memória e História: a problemática dos lugares**”. Projeto História 10 (1993): 7-28

PROST, Antoine. “**The Impact of War on French and German Political Cultures**”, The Historical Journal 37, no. 1, (1994): 209-217.

RENAN, Ernst. **O que é uma Nação?**(1882) Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>

RÜSEN, Jörn. Como **dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 2 , mar. 2009, p. 163-209.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRAVERSO, Enzo. **O Passado, Modos de Usar**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

WIEVIORKA, Annette. **The Era of the Witness**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

